

22 de junho de 2020

Boletim n.67 - Ciências Sociais e coronavírus

No boletim n.67, *Denise Cardoso e Felipe Netto (UFPA)*, a partir de suas experiências de isolamento social, assim como de pessoas conhecidas, apontam como o olhar atento e a análise antropológica podem auxiliar na percepção da diferença entre viver e conviver no ambiente familiar, se atentando às diferenças entre os conviventes e os papéis sociais de gênero, por exemplo. *Bernardo Oliveira, Daniela Navarini e Valéria Aydos (UFRGS)* refletem sobre como as adaptações das diversas atividades laborais, devido à pandemia, implicaram em uma maior acessibilidade das pessoas com deficiências - apesar de não ser completa e da exploração por trás da atividade remota - e como o atual contexto tem um potencial de abrir espaço para maior visualização e participação de pessoas com deficiências, especialmente no mercado de trabalho, pondo em questão o capacitismo socialmente disseminado.

Reflexão antropológica sobre viver e conviver em família no isolamento social

Por Denise Machado Cardoso e Felipe Bandeira Netto



Imagem 01 – Registro de família. Autor: Felipe Bandeira Netto. Arquivo pessoal.

Exercitando o olhar

As Ciências Sociais, de modo geral, “não nos permitem” descanso, pois estamos exercitando incessantemente um olhar crítico e analítico sobre a sociedade. E em isolamento social adotado devido à pandemia global do Sars-Cov-2 (coronavírus) ou em outros momentos, onde passamos a conviver todas as horas do dia ao lado das mesmas

peças, observamos sem cessar, de maneira crítica e analítica, nosso viver e/ou conviver com nossos respectivos grupos domésticos.

Como antropólogos e produtos de uma história, costumamos exercitar nosso olhar a partir de estudos comparativos sobre as mais diversas coisas, fatos e situações que acontecem no mundo¹, e com a vida em isolamento social não é diferente. Passamos a encarar todo esse processo como um campo vasto de pesquisa para alguns e reflexões para outros.

As diferenças nos detalhes passam a ser percebidas de modo mais acentuado com a convivência diária. E como diríamos, conforme o dito popular, “para se conhecer uma pessoa é preciso morar com ela”. Essa máxima é aplicada na pesquisa antropológica, pois somente com o convívio rotineiro permitimos que as chamadas máscaras sociais, e não apenas aquelas cirúrgicas, sejam trocadas diante de um público restrito, como é o caso do grupo familiar.

Os dias

Observar espontaneamente a vida das pessoas com quem vivemos é diferente e uma armadilha para olhos e ouvidos desatentos. Daí a importância de procedimentos éticos e metodológicos da pesquisa antropológica.² Se estes não forem utilizados com responsabilidades, podemos facilmente nos deixar enganar pelo “eu o conheço, eu sei o que eles fazem ou vão fazer”, e este terreno fértil pode se tornar um campo minado de premissas falsas e equivocadas. Constata-se que compreender que estas pessoas têm valores culturais individuais, mesmo que sejam semelhantes socialmente, é uma tarefa primordial.

Como antropólogos, aprendemos que devemos observar, ouvir e relatar³, e sob suas diferenças construímos nossos dados, e em suas semelhanças compreendemos o que buscamos⁴. Em isolamento social, a rotina do dia a dia tende a se repetir na maioria dos lares, foi o que observamos em nossas próprias casas e nos relatos das pessoas com quem conversamos, desde as pessoas que moram em bairros elitizados às que moram nos bairros periféricos, respeitando suas diferenças, valores, crenças, hábitos, referências, rituais, classe social, cor e outros.

Voltando os olhos para a saturação e os detalhes presentes na convivência que este momento muito particular vem causando, e que é intensificado por notícias que

¹ FIORI, Ana, L. SERTÁ, Ana, L. FERRARI, Florência. DULLEY, Iracema. DIAS, Jamille, P. FERRITE, Kiko. VALENTINI, Luísa. SZTUTMAN, Renato. NASCIMENTO, Silvana. MARRAS, Stelio. Sobre modos de se pensar e fazer antropologia: entrevista com Marilyn Strathern », *Ponto Urbe* [Online], 17 | 2015, posto online no dia 15 dezembro 2015, Disponível em <<https://journals.openedition.org/pontourbe/2969>>. Acesso em 02 maio 2020.

² MUGHAL, Muhammad A. Z. Being and becoming native: a methodological enquiry into doing anthropology at home. ANTHROPOLOGICAL NOTEBOOKS 21 (1): 121–132. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/279977933_Being_and_Becoming_Native_A_Methodological_Enquiry_into_Doing_Anthropology_at_Home>. Acesso em 27 abril 2020.

³ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. 1996. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/Trabalho%20do%20Antropologo.pdf>. Acesso em 03 maio 2020.

⁴ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 1998. 220 pp.

envolvem o aumento do número de casos de contaminação em escala global pelo Sars-Cov-2 e problemas como a ansiedade, ocasionados pelo isolamento, chegamos a estas reflexões sobre as diferenças que existem entre viver e conviver com as pessoas da nossa família a partir de um olhar antropológico.

Viver e/ou conviver

No atual estado de isolamento temos a sensação de que os dias são mais lentos e longos. Estamos habituados a uma correria diária, a manter relações próximas com diversas pessoas e, de repente, tudo isso cessa quase que instantaneamente, causando-nos a sensação de desestabilidade. O pretense controle sobre nossas vidas desaparece e o que sempre acreditamos controlar se esvai, causando sensações de desconforto diante dessa frustração. Além disso, o tempo evidencia-se como algo culturalmente construído, na medida em que sua percepção varia conforme as circunstâncias e os modos de apropriação que dele fazemos. Há tempos e não somente um tempo uno e absoluto. Eis que chega o momento de refletir sobre as rotinas que até então eram planejadas conforme o tempo cronológico, deixando à parte o tempo ecológico ou outras variações.

O passar dos dias, as notícias e o avanço global da pandemia do coronavírus mostram que estar em casa com a família ou pessoas próximas pode ser um exercício de campo vasto e complexo, pois as relações se saturam ou são transmutadas para algo mais agradável e fraterno. Como Cientistas Sociais (Antropólogos), aprendemos a conviver com as diferenças fora de casa e, na maioria das vezes, desaprendemos a conviver com nossas próprias diferenças.

Ao nos depararmos com a saturação das relações em família, começamos a pensar etnograficamente e construir uma etnografia nossa, passamos a estar dentro e fora do campo⁵. Assim, os atritos das relações familiares mostram que viver é diferente de conviver com alguém, compartilhar pensamentos, posturas, agires, crenças e outros. Pessoas são constituídas e formadas por diferenças, e isto interfere no modo como se relacionam e lidam com os dias no confinamento. O maior problema se encontra nas diferenças quase imperceptíveis, pois as semelhanças são mais evidentes⁶.

Esse exercício de conviver e aceitar o outro para melhor conhecê-lo se apresenta em dias de pandemia, pois pela prática que adotamos de maneira quase incessante, o que estes dias em família tem mostrado é que conviver não é somente aceitar o outro, mas é, também, abandonar nosso individualismo, sem deixar de lado nossa individualidade. A saturação da convivência tem sido um proveitoso e interessante exercício de campo.

Pensar sobre família e parentesco, práticas de sociabilidade presencial e via Internet, hábitos da comensalidade, papéis sociais de gênero nas tarefas domésticas e no cuidado com o outro são alguns temas que emergem sem que se tenha tido intenção de

⁵ Op. Cit. MUGHAL, Muhammad A. Z.

⁶ Op. Cit. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1996).

desenvolvimento de pesquisa científica. E o que temos nas casas na qual estamos em isolamento é uma possível amostra de que nosso conhecimento requer um olhar acurado, um ouvir atencioso e interessado, uma observação participante, uma "troca de lugar". O convívio por longos dias em um ambiente que não nos permite fuga evidencia a diversidade do humano e o universo que somos cada um de nós. Conviver com os semelhantes, com as pessoas próximas, nos ensina bem mais que livros, filmes, faculdade e outros. A experiência de conviver tão de perto com quem julgamos conhecer é algo único e singular.

O "normal" de ontem não mais será o "normal" de amanhã. As vidas, compreensões, entendimentos e relações sobre a sociedade e nós mesmos, família, amigos e tudo o que nos cerca está mudando. O viver e conviver estão para além do nosso grupo doméstico, estamos em transmutação social e (re)aprendendo a viver e conviver, pois a jornada de percepções não se encerra da porta de casa para a rua. A antropologia nos possibilita pensar a forma de estar, viver, ver e se conectar com o mundo. Ouvir e observar atento às vidas, ao viver e conviver com a família e/ou pessoas próximas a partir do pensar antropológico nos ajuda a compreender as singularidades e ter empatia diante das diversidades múltiplas e singulares que formam cada pessoa. Desta forma, a antropologia se mostra disposta a ser uma aliada valiosa para nossas reflexões sobre nós e o mundo em dias tão difíceis.

Denise Machado Cardoso é Antropóloga e professora na Universidade Federal do Pará.

Felipe Bandeira Netto é Antropólogo visual e mestrando na Universidade Federal do Pará.

O que a experiência do Covid-19 nos diz sobre deficiência, trabalho e acessibilidade?

Por Bernardo Oliveira, Daniela Navarini e Valéria Aydos

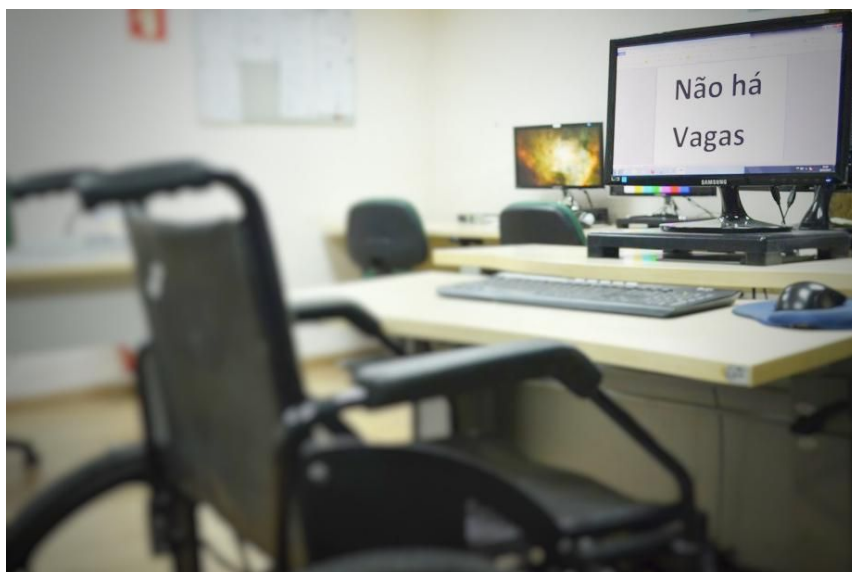


Foto: Anderson Barbosa - Site G1, em 30/04/2017. Disponível

em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/discriminacao-e-a-pior-violencia-no-mercado-de-trabalho-afirma-jovem-com-deficiencia.ghtml>

Bernardo tem Síndrome de Larsen, uma doença rara que o faz ter dificuldades para percorrer trajetos longos. Ele conta que, no primeiro dia de trabalho, na tentativa de deslocamento para a sala, sua coluna “travou”, deixando-o imobilizado por dois dias. Ao solicitar acessibilidade junto à Universidade na qual havia sido contratado, recebeu resposta negativa e, como única possibilidade de trabalhar, a redução das aulas e a preparação de atividades extraclasse para os alunos. Ou seja, o ‘trabalho remoto’ não havia sido uma possibilidade de ‘adaptação razoável’ oferecida a Bernardo para que pudesse exercer sua atividade sem prejuízo à qualidade do seu trabalho. Ocorre que, com o desenrolar da pandemia da COVID-19, ele é comunicado que “até o fim do semestre todos os cursos deveriam ser ofertados remotamente”.

Anahí é surda oralizada e sua reivindicação de acessibilidade em eventos sempre foi a legenda em tempo real, a qual é constantemente negada por conta dos altos custos, o que faz com que ela tenha que acompanhar as falas por leitura labial. Antes da pandemia, era obrigada a negar convites para eventos on-line devido à dificuldade de comunicação e à debilidade das tecnologias de transcrição. Depois, a vida acadêmica passou a acontecer on-line, situação que a faria estar totalmente excluída, não fosse seu sobre-esforço em participar com a ajuda conjunta de recursos de acessibilidade, como implante coclear, aplicativo de transcrição instantânea e o chat de plataformas virtuais. Noutras situações, ela apela para a legenda automática do Skype ou para a ativação do recurso do “closed caption” do Zoom, no qual a transcrição é feita por um profissional da área. Além disso, ela manifesta preocupação com ‘um mundo de máscaras’, cujos lábios escondidos – já evidenciados nos noticiários da TV – a privariam de se comunicar.

Thiago é uma pessoa com baixa visão que trabalha como servidor público, atividade que exerce com recursos de acessibilidade adaptados à sua realidade. Com o início do trabalho remoto, por conta do isolamento, quando as adaptações de tecnologia que providenciou em sua casa não são suficientes para a realização plena de uma atividade, não há um “recurso humano de acessibilidade” disponível para o exercício de sua profissão em igualdade de condições com os demais colegas. O direito de Thiago de ter uma pessoa que possa, por exemplo, ler o que o software não leu na tela do computador, não foi levado em consideração na ‘gestão da diversidade’ nesta nova realidade.

Os relatos acima nos remetem a várias questões que, se já se faziam presentes na vida das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, agora são ‘escancaradas’ no contexto social que a pandemia da Covid-19 nos impõe: o que de fato está em jogo na inclusão social de pessoas com deficiência nos ambientes laborais? Como as questões de

acessibilidade estão sendo valoradas e operacionalizadas na prática do mundo do trabalho?

De acordo com a ONU (2006), “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”. Essa conceituação enfatiza um deslocamento do entendimento da deficiência enquanto consequência natural de um corpo com lesão (modelo biomédico) para uma diversidade corporal em interação com uma sociedade socialmente excludente (modelo social), assumindo a deficiência como relacional e uma questão social e política.

Ações como a *American Disability Action* nos EUA e as políticas de cotas no mercado de trabalho no Brasil têm sido fundamentais para o combate ao capacitismo (os preconceitos com relação às pessoas com deficiência) presente nas justificativas empresariais de não contratação destas pessoas. Evidenciam também o erro da percepção da deficiência enquanto um problema individual a ser “ajustado” (ou, na maioria das vezes, eliminado) e a não-compreensão de que é a sociedade que deve pensar formas de gestão para a diversidade e não para a generalidade.

Este percurso de lutas políticas e sociais em direção a uma concepção de *inclusão*, como um movimento empreendido pela sociedade em direção à eliminação das barreiras, passou por um contexto de total *exclusão* social, no qual pessoas com deficiência eram mantidas em suas casas, e foi gradualmente conquistando espaços, inicialmente *segregacionistas*, de acesso à saúde e à educação (como as APAES); e, posteriormente, à *integração* destes espaços à sociedade em geral, como o caso das salas de recursos nas escolas regulares.

Tais modelos – *exclusão*, *segregação*, *integração* e *inclusão* – têm sido pensados para a análise das condições de trabalho para pessoas com deficiência. Neste contexto, o teletrabalho tem levantado o debate sobre a não regulação do tempo dedicado a atividades públicas e privadas, o que tem gerado não somente um novo modo de exploração e precarização do trabalho, mas o adoecimento dos trabalhadores de áreas que já vivem esta realidade, principalmente mulheres cujas tarefas domésticas e o cuidado com os filhos somam-se às obrigações laborais.

No contexto da pandemia, sob a alegação de que a situação impôs essa “necessidade”, como vimos no relato de Bernardo, as justificativas empresariais de que faltava tecnologia e qualificação para a adequação do trabalho às pessoas com deficiência parecem ter rapidamente caído por terra, quando a “necessidade” não é mais a promoção de acessibilidade para a *inclusão*, mas a de que a *produtividade* “não pode parar”.

A dita “nova normalidade” da pandemia está colocando em pauta a possibilidade de produção de novas relações sociais e de transformação das formas de relacionamento pessoal e laboral. Agora, Bernardo trabalha em maior igualdade de condições que seus colegas e Anahí conta com a adoção de tecnologias de transcrição de

falas em teleconferências, o que não havia em eventos presenciais. No entanto, outras acessibilidades não estão sendo cogitadas, como o “trabalho apoiado” para Thiago ou o uso de máscaras transparentes para que Anahí faça leitura labial. Tais fatos evidenciam não apenas a priorização do capital acima das pessoas, mas a incapacidade dos agentes públicos e da sociedade em geral de atender às demandas específicas da população. A experiência da COVID-19 socializa limitações e ao mesmo tempo escancara os nossos capacitismos, fazendo com que imensos esforços individuais sejam realizados para que a pessoa “se adapte” ao ambiente laboral, transformando um processo que deveria ser social em uma ‘responsabilidade individual’.

Está em pauta aqui a nossa dificuldade de reconhecer que todos temos corpos e mentes com habilidades inconstantes e de lutar contra os significados histórico-políticos dos pensamentos binários simplistas, tais como deficientes/não-deficientes e doentes/saudáveis. Como observa Kafer, no livro “Feminist, Queer, Crip”, os estudos em *Disability Justice* e *Crip Theory* recusam estas dicotomias e reivindicam o aleijamento das teorias da diferença. Aleijar as práticas é reconhecer as responsabilidades éticas, epistêmicas e políticas do questionamento de todas as condições preexistentes sob as quais todos nós vivemos; é perceber que esse aleijamento beneficia também àqueles que não estão interessados ou investidos nessa transformação. Talvez o contexto atual da pandemia estique o tecido social até a ruptura dos modos de vida habituais, talvez refletir a partir da *Teoria Crip* nos mostre um caminhar torto, no qual o capacitismo deixe de ser o modelo a ser mimetizado, para que outros andares sejam possíveis e mais corpos apareçam.

Bernardo Oliveira é doutor em Antropologia, professor da City College of New York (CCNY) e pesquisador do Grupo de Estudos em Antropologia e Deficiência (PPGAS-UFRGS)

Daniela Navarini é psicóloga, mestranda em Psicologia Social (UFRGS), membro do N-Pistas Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s) e pesquisadora do Grupo de Estudos em Antropologia e Deficiência (PPGAS-UFRGS)

Valéria Aydos é doutora e pós-doutoranda em Antropologia, membro do Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pesquisadora do Grupo de Estudos em Antropologia e Deficiência (PPGAS-UFRGS).

Este texto foi escrito a partir das discussões e debates realizados junto ao Grupo de Estudos em Antropologia e Deficiência do PPGAS-UFRGS: <https://vivendocomdeficiencias.com/pt-br/gead/>.

Estes textos são parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de

Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

